

**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SERGIPE – SESI-DR/SE**

CNPJ nº 03.789.474/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

1. Contexto operacional

O **Serviço Social da Indústria – SESI-DR/SE** é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos. Criado através do Decreto Lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946, em conformidade com o Regulamento do Serviço Social da Indústria. O Departamento Regional de Sergipe, é inscrito no CNPJ sob nº 03.789.474/0001- 52, sediado na Avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 826, Edifício Albano Franco, Bairro Capucho, Cep 49.081-015, Aracaju - Sergipe.

O Departamento Regional de Sergipe tem como objetivo social promover e estimular a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes, com foco em educação, saúde, lazer e responsabilidade social nas indústrias sergipanas, utilizando-se de estratégias de atendimento adaptadas à realidade Regional.

Em Sergipe, o SESI foi fundado em 15 de maio de 1948, com a presença de autoridades e dos delegados dos Sindicatos da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral, Indústria de Panificação e Confeitaria, Indústria do Açúcar, Indústria de Calçados e Indústria de Alfaiataria e Confecção de Roupas de Homem.

A Entidade, nos termos do art. 150, inciso VI, alínea “c”, da Constituição Federal, enquanto instituição de assistência social, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

2. Apresentação e base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria, em consonância com a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101/2000.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Gerência de Controladoria.

P

2.2. Conjunto de demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis compõem-se dos seguintes demonstrativos:

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Balanço Orçamentário;
- ✓ Balanço Financeiro;
- ✓ Demonstração das Variações Patrimoniais;
- ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- ✓ Demonstração das Mutações Patrimônio Social;
- ✓ Demonstração do Resultado Abrangente;
- ✓ Demonstração do Resultado do Exercício; e
- ✓ Notas Explicativas.

2.3. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Sesi-DR/SE e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão, quando existentes, são alocados no resultado do período.

2.5. Benefícios a empregados

A Entidade não concede benefícios pós-emprego, como por exemplo complemento de aposentadoria.

2.6. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas, para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. Os resultados reais das transações envolvendo essas estimativas podem divergir dos valores apresentados. A Administração da Entidade revisa essas estimativas periodicamente.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e de apresentação adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A administração da Entidade mantém suas aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por se tratar de aplicações em fundos de investimentos e títulos de renda fixa (CDB), com resgate imediato.

3.2. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata, quando existentes, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

3.3. Créditos a receber de clientes

Estão apresentados pelo valor de realização e decorrem de serviços prestados, prioritariamente na área de educação, saúde e lazer, e são registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias, quando contratados.

Os contratos firmados com clientes foram mantidos com entregas no prazo, sem descontinuidade ou alterações de escopo.

3.4. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa, é constituída de acordo com o normativo interno da Entidade, o qual determina a constituição de provisão para perda na razão de 100% (cem por cento), para os títulos vencidos há mais de 180 dias. Para os títulos com vencimento inferior a 180 dias, a provisão, quando necessária, é constituída com base em dados históricos de cada cliente, em montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

A Entidade revisa periodicamente suas perdas históricas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis.

3.5. Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias, 13º salário, adiantamentos de viagens, adiantamentos a terceiros e adiantamentos para realização de despesas de pronto pagamento.

3.6. Departamento conta movimento

Referem-se as transações financeiras, repasses entre o SESI/DN, SESI DR/SE e Departamentos Regionais do SESI em outros Estados.

3.7. Receitas a receber

Representam as receitas de contribuições compulsórias (diretas e indiretas) e subvenções (ordinária e especial), reconhecidas pelo regime de competência e não recebidas até a data do balanço.

3.8. Sistema Indústria – Conta movimento

Referem-se ao valor das operações compartilhadas entre as Entidades do Sistema Indústria:

3.9. Contas correntes ativas e passivas

Referem-se aos valores das operações relativas às despesas comuns realizadas entre o SESI/DR-SE e as demais entidades do sistema (FIES, SENAI e IEL).

3.10. Despesas antecipadas

Correspondem aos valores pagos pela contratação de seguros, assinaturas de periódicos e outras despesas que são apropriadas nas contas de resultado, mensalmente, observando o período de vigência do contrato.

3.11. Depósitos para recursos judiciais

Os depósitos judiciais são reconhecidos inicialmente pelo valor original e mensurados pelo seu valor justo com as devidas atualizações. Possuem passivos correspondentes a menos que, ocorra desfecho desfavorável da questão.

Existem situações em que a Entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

3.12. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da correspondente depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas anuais, levando em consideração as taxas anuais determinadas pela legislação fiscal, aplicadas a razão de 100% do valor do ativo, visto que, a Entidade não adota a política de considerar o valor residual do bem.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os terrenos e os bens cedidos não são depreciados.

As principais taxas de depreciação anuais são.

<u>Categoria de Ativos</u>	<u>Taxas Anuais</u>
Imóveis	2%
Mobiliário, Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de comunicação	10%
Veículos e Equipamentos de Informática	20%

3.13. Férias e encargos a pagar

O montante de férias e encargos sobre férias a pagar foi calculado, com base na legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada funcionário.

3.14. Provisões para Riscos

As provisões para riscos de perdas em causas cíveis, trabalhistas e fiscais, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Na avaliação das causas para efeito de risco de perda provável, consideram-se as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, o julgamento dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas anualmente e ajustadas nas circunstâncias julgadas necessárias, em função de prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Os processos judiciais da Instituição são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres da assessoria jurídica, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pela NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deva ser reconhecida quando: (a) a Instituição tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança.

3.15. Demais Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.16. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.16.1 Receitas Correntes: estão compostas pelas receitas de atividades próprias, tais como:

(a) Receitas de contribuição: referem-se aos recursos advindos da contribuição compulsória direta e indireta, incidente sobre a folha de pagamento das empresas contribuintes. As empresas recolhem ao SESI 1,5% sobre o montante da folha de pagamento desses estabelecimentos.

São contribuintes as empresas do setor industrial, transporte ferroviário e dutoviário e as de comunicações (exceto rádio e TV).

São arrecadadas e fiscalizadas, em regra, pela Receita Federal do Brasil, juntamente com as Contribuições Sociais Previdenciárias. Estão apropriadas mensalmente pelo regime de competência, com base nas informações do SESI-DN, e da arrecadação direta, e ajustadas pelo valor recebido.

(b) Transferências Correntes: referem-se a receitas de auxílios regulamentares, financeiro e subvenções especiais e ordinárias, repassados pelo SESI-DN, para o desenvolvimento de projetos voltados à consecução dos objetivos institucionais da Entidade.

(c) Receitas e despesas financeiras: representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de aplicações financeiras, e descontos obtidos de fornecedores. São reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

(d) Receitas de Capital: consolidam os registros das subvenções e auxílios, com a finalidade de execução orçamentária, e da alienação de bens.

3.16.2 Despesas Operacionais: consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como Despesas Correntes, Despesas de Capital e Variações Patrimoniais/Financeiras, dependentes ou não da execução orçamentária.

(a) Despesas Correntes: consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como aplicação direta e como transferências correntes.

(b) Despesas de Capital: consolidam os gastos incorridos e as provisões, classificáveis como aplicações diretas, investimentos e inversões financeiras, e como de transferências de capital, com a finalidade de execução orçamentária.

3.17. Instrumentos financeiros

3.17.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber – arrecadação e departamento conta movimento.

Recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros: a Entidade avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

3.17.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e departamento conta movimento.

Mensuração subsequente: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como, durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.17.3 Operações com instrumentos derivativos

A Entidade não opera com instrumentos derivativos.

3.18. Tributos e Contribuições

A Entidade, nos termos do art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, enquanto instituição de assistência social, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

As contribuições previdenciárias patronais previstas no art. 22, incisos I, II e III, da Lei nº 8.212/91, a contribuição para o PIS não são recolhidas pela Entidade em razão do previsto nos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613/55. A impossibilidade de exigência dessas contribuições foi reconhecida judicialmente no processo nº 0805791-48.2020.4.05.8500, que transitou em julgado em 25/08/2023.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei nº 9.532/97 e IN RFB 1.234/2012, art. 4º, inciso VI.

Conforme inciso II do art. 46 do Decreto nº 4.524/2002, as Entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, são isentas da COFINS com relação às receitas derivadas de suas atividades próprias.

3.19. Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

3.20. Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a Entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a Administração não pretende liquidar a Entidade ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por saldos bancários e aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias:

Caixa e Equivalentes de Caixa	2025	2024
Caixa	13.300,00	13.300,00
Caixa	13.300,00	13.300,00
Banco do Brasil	915,61	7.745,44
Caixa Econômica Federal	87.837,68	95.319,99
Conta Movimento	88.753,29	103.065,43
Banco do Brasil CDB DI	5.096.136,68	10.358.092,22
Caixa Econômica Federal RDB/CDB	337.551.997,57	262.095.491,23
Aplicações CDB/RDB	342.648.134,25	272.453.583,45
Disponível	342.750.187,54	272.569.948,88

As aplicações financeiras referem-se substancialmente, a operações de curto prazo, de alta liquidez, mantidas no Banco do Brasil e na CEF, que estão prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas operações são remuneradas às taxas médias do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Sem restrição	Com restrição	Total	Sem restrição	Com restrição	Total
Caixa	13.300,00	-	13.300,00	13.300,00	-	13.300,00
Banco c/movimento	87.934,61	818,68	88.753,29	102.145,38	920,05	103.065,43
Aplicações financeiras	329.497.563,53	13.150.570,72	342.648.134,25	272.405.066,89	1.566.135,60	272.453.583,45
Total	329.598.798,14	13.151.389,40	342.750.187,54	272.520.512,27	1.567.055,65	272.569.948,88

Aplicações Financeiras	Sem restrição	Com restrição	Total	Sem restrição	Com restrição	Total
CEF POUP 739014475-1	159.174,49	-	159.174,49	147.108,47	-	147.108,47
CEF POUP 739014476-0	127.907,13	-	127.907,13	118.287,23	-	118.287,23
BB CDB DI - 3561-0	1.795.957,41	-	1.795.957,41	7.764.750,55	-	7.764.750,55
BB CDB DI - 111551-0	3.300.179,27	-	3.300.179,27	2.593.341,67	-	2.593.341,67
CEF CDB FLEX 577507617-2	318.030.310,72	13.110.100,09	331.140.410,81	254.941.293,75	1.517.619,04	256.458.912,79
CEF CDB FLEX 577507673-3	-	40.470,63	40.470,63	-	48.516,56	48.516,56
CEF FI - 577507617-2	6.084.034,51	-	6.084.034,51	5.322.666,18	-	5.322.666,18
Total	329.497.563,53	13.150.570,72	342.648.134,25	270.887.447,85	1.566.135,60	272.453.583,45

- Sem restrição: contas bancárias mantidas pela Entidade para a execução e manutenção de suas atividades.
- Com restrição: São os valores mantidos nas contas bancárias da Entidade e com destinação específica para os projetos e as ações estratégicas tanto do Departamento Nacional quanto do Regional.

5. Créditos a receber

Os valores a receber da Entidade estavam assim compostos:

Créditos a Receber	2025	2024
Cientes (i)	18.813.938,01	20.072.087,85
(-) Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa (ii)	(6.129.948,08)	(5.607.222,37)
Adiantamentos a Empregados (iii)	82.070,59	99.991,42
Departamento Conta Movimento (iv)	4.420.201,39	3.722.601,13
Contas Correntes Ativas (v)	93.509,06	116.188,57
Total	17.279.770,97	18.403.646,60

Estes créditos a receber, decorrentes de operações de prestação de serviços nas áreas de educação, saúde e lazer com os clientes pessoas físicas e jurídicas, são registrados pelo valor original de realização.

(i) A conta de clientes são valores a receber decorrentes de transações usuais e de provisões apropriadas segundo o regime de competência. As receitas de serviços são reconhecidas mensalmente pelo valor do serviço no período que efetivamente foram prestados.

(ii) O valor do saldo da conta redutora dos Créditos a Receber denominada Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi registrado com base nos saldos dos clientes inadimplentes com um período superior a 181 dias do encerramento do exercício. Todos os títulos da carteira de recebíveis vencidos há mais de 540 dias, os quais tenham se esgotados todas as tentativas de cobrança foram baixados contabilmente.

(iii) Os adiantamentos a empregados se refere basicamente a adiantamentos de férias, despesas de viagens concedidos aos colaboradores.

(iv) As operações com os Departamentos Nacional e Regional são oriundas das contribuições sociais compulsórias, auxílios financeiros e reembolso de despesas (cobrança por aviso de lançamento). As receitas de contribuição são registradas mensalmente com base nos valores informados pela área de Arrecadação. Consolida as operações de contas correntes com os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional, representando os serviços efetuados entre as Entidades do Sistema Indústria.

(v) As transações em contas correntes ativas são representadas por operações entre as Entidades do Sistema FIES compostas pela Federação das Indústrias de Sergipe, SENAI e IEL.

5.1 Clientes

A conta de clientes a curto prazo apresentou o seguinte saldo:

	2025	2024
CAT Carlos Cruz - Roberto Simonsen	2.233.695,58	2.663.877,84
CAT Paulo Figueiredo	1.200.308,01	1.507.623,81
Escola Ensino Fund. e Médio do SESI – JBR	1.086.922,93	1.202.585,45
Centro Educacional Sesinho	2.311.237,53	2.384.540,65
CAT CEFEM	2.726.704,66	3.107.203,17
Complexo Desportivo do SESI	416,00	-
Ginásio de Esporte Augusto Franco – Aracaju	-	824,50
Clientes RM	17.971,76	9.468,67
Sesinho - Núcleo I - Gin. A. Franco	2.172.142,15	2.539.267,81
Clientes Devedores Duvidosos	6.129.948,08	5.607.222,37
Cartão de Crédito	934.591,31	1.049.473,58
Total	18.813.938,01	20.072.087,85

A conta de clientes a longo prazo apresentou o seguinte saldo:

	2025	2024
CAT Carlos Cruz - Roberto Simonsen	34.265,14	-
CAT Paulo Figueiredo	28.889,01	-
Escola Ensino Fund. e Médio do SESI - JBR	10.522,24	-
Centro Educacional Sesinho	18.286,28	-
CAT CEFEM	88.801,77	-
Sesinho - Núcleo I - Gin. A. Franco	19.685,31	-
Total	200.449,75	-
Total Cliente Curto + Longo Prazo	19.014.387,76	20.072.087,85

5.2 (-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A conta de perdas estimadas apresentou o seguinte saldo:

	2025	2024
CAT Carlos Cruz - Roberto Simonsen	1.412.158,57	1.492.089,55
CAT Paulo Figueiredo	421.990,13	342.221,79
Escola Ensino Fund. e Médio do SESI - JBR	624.680,71	618.118,24
Centro Educacional Sesinho	365.820,60	340.641,78
CAT CEFEM	2.443.296,63	2.167.989,32
Complexo Desportivo do SESI	1.199,95	998,59
Ginásio de Esporte Augusto Franco - Aracaju	230,36	-
Maria Virginia L. Franco - Saúde	2.446,25	3.215,43
Sesinho - Núcleo I - Gin. A. Franco	858.124,88	641.947,67
Total	6.129.948,08	5.607.222,37

5.3 Adiantamentos a empregados

Os adiantamentos a empregados tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Adiantamentos de Férias	82.050,86	99.991,42
Total	82.050,86	99.991,42

5.4 Departamento conta movimento

Esse subgrupo apresentava o seguinte saldo:

	2025	2024
DN SESI AL's	136.644,85	119.769,21
DN Arrecadação Indireta	2.541.532,01	2.074.206,56
DN Subvenção Ordinária	1.155.849,22	1.085.702,09
DN Subvenção Especial	574.355,46	442.923,27
DR Paraíba	11.819,85	-
Total	4.420.201,39	3.722.601,13

5.5 Contas correntes ativas

O saldo desse subgrupo era:

	2025	2024
FIES	13.629,48	11.881,12
IEL	47.353,94	84.281,69
SENAI	32.525,64	20.025,76
Total	93.509,06	116.188,57

6. Depósitos para recursos judiciais e provisões judiciais

Os depósitos e as provisões judiciais estavam assim compostas:

Depósitos para recursos judiciais e provisões judiciais	2025	2024
Contingências Trabalhistas	1.906.695,39	1.287.727,99
(-) Depósitos Judiciais	(711.213,61)	(443.056,50)
Total	1.195.481,78	844.671,49

(i) Constituídas com base na avaliação das assessorias jurídicas. A Entidade registrou contabilmente as ações em curso de natureza trabalhista qualificadas com probabilidade de perdas prováveis levantadas em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 a Entidade possui contingências de natureza cível qualificadas como sendo de perda possível no montante de R\$ 4.377.243,90.

7. Imobilizado

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e as respectivas depreciações:

IMOBILIZADO	Custo 2024	Taxa % a.a.	Aquisição 2025	Baixas 2025	Transferências 2025	Custo 2025	Depreciação Acumulada	Valor Residual 2025
Bens Imóveis	171.907.715,22	-	12.998.631,39	-	-	184.906.346,61	(8.783.999,17)	176.122.347,44
Terrenos	88.380.002,00	0%	1,00	-	-	88.380.003,00	-	88.380.003,00
Prédios	61.397.387,31	2%	-	-	22.124.807,94	83.522.195,25	(8.783.999,17)	74.738.196,08
Construção em andamento	22.130.325,91	0%	12.998.630,39	-	(22.124.807,94)	13.004.148,36	-	13.004.148,36
Bens Móveis	22.372.955,87	-	6.352.358,20	263.314,48	-	28.461.999,59	(16.920.865,30)	11.541.134,29
Mobiliário em Geral	2.999.386,62	10%	676.466,06	5.880,00	-	3.669.972,68	(2.629.877,32)	1.040.095,36
Disco, Fono, Filme e Pinaco	2.299,00	10%	-	-	-	2.299,00	(2.299,00)	-
Instrumentos Musicais	5.259,05	10%	-	-	-	5.259,05	(5.259,05)	-
Veículos	3.235.136,00	20%	2.176.900,00	199.176,00	-	5.212.860,00	(2.756.679,24)	2.456.180,76
Máquinas e Equipamentos	3.274.398,28	10%	717.954,51	43.385,78	-	3.948.967,01	(1.791.417,55)	2.157.549,46
Equip. Médicos e Cirúrgicos	408.426,24	10%	-	14.872,70	-	393.553,54	(380.739,27)	12.814,27
Equip. de Informática	11.920.750,04	20%	2.770.727,63	-	-	14.691.477,67	(8.891.178,11)	5.800.299,56
Equip. Esportivos e Artísticos	437.977,74	10%	10.310,00	-	-	448.287,74	(379.788,84)	68.498,90
Equip. de Comunicação	89.322,90	10%	-	-	-	89.322,90	(83.626,92)	5.695,98
TOTAL	194.280.671,09	-	19.350.989,59	263.314,48	-	213.368.346,20	(25.704.864,47)	187.663.481,73

Os bens do imobilizado foram registrados pelo valor de aquisição e/ou construção. As depreciações são calculadas mensalmente pelo método de quotas constantes conforme taxa de depreciação dos bens que relaciona, previstas na legislação fiscal e política de patrimônio. As obras em andamento são incorporadas ao imobilizado quando de sua conclusão e/ou início de operacionalização. Durante o exercício de 2025 não houve mudanças nos critérios de métodos e taxas utilizados.

Em dezembro de 2019, a Entidade procedeu a reavaliação dos bens imóveis nas classes terrenos e prédios de seu ativo imobilizado. De acordo com o laudo técnico da empresa contratada SGL Avaliações, Perícias e Engenharia Ltda., o valor justo de terrenos e edificações (prédios) foi determinado a partir de evidências baseadas no mercado por meio de avaliações.

A empresa contratada realizou pesquisas de preço no mercado, considerando a natureza e condições desses bens, utilizando-se de método específico. Em virtude da reavaliação houve o aumento nos valores dessas classes de ativo (terrenos e prédios) e foi contabilizado diretamente à conta de reservas de reavaliação no patrimônio líquido.

Enquanto o ativo é utilizado pela Entidade, parte da reserva é transferida para o resultado acumulado. Nesse caso, o valor da reserva de reavaliação a ser transferido é a diferença entre a depreciação baseada no valor contábil reavaliado do ativo e a depreciação que teria sido reconhecida com base no custo histórico original do ativo. As transferências da reserva de reavaliação para o resultado acumulado não transitam pelo resultado do período.

8. Contas a pagar

No contas a pagar são registrados os valores das obrigações de repasses a terceiros como: FIES, SENAI, IEL e outros terceiros.

Contas a Pagar	2025	2024
Terceiros - Pessoas Físicas e Jurídicas	1.308.523,75	1.420.668,53
Total	1.308.523,75	1.420.668,53

9. Fornecedores

São registrados as obrigações provenientes da aquisição de bens e serviços utilizados e/ou consumidos pela Entidade.

Fornecedores	2025	2024
Total	5.401.437,93	2.745.761,74

10. Impostos, taxas e contribuições a recolher

As obrigações com impostos, taxas e contribuições estavam assim representadas:

Impostos, taxas e contribuições a recolher	2025	2024
Imposto de Renda	180.726,93	136.383,31
Retenção PIS/COFINS/CSLL	52.796,78	33.256,35
ISS	113.591,60	35.718,16
INSS s/ Serviços Prestados	196.097,10	39.981,13
Total	543.212,41	245.338,95

11. Salários e encargos a pagar

Salários e Encargos a Pagar	2025	2024
Salários	-	3.028,10
INSS s/ Folha	142.735,42	129.390,15
FGTS	205.217,83	181.365,44
Total	347.953,25	313.783,69

12. Férias, 13º Salário e encargos

O subgrupo é composto pelas provisões de férias e seus encargos

Férias, 13º Salário e Encargos	2025	2024
Férias	2.204.859,28	1.897.751,08
FGTS	176.155,78	151.797,72
Total	2.381.015,06	2.049.548,80

13. Convênios – Arrecadação direta

Refere-se a parcela de 25% do Departamento Nacional do SESI, oriundos das contribuições da arrecadação direta (termo de cooperação) recebida pelo SESI Departamento Regional de Sergipe.

Convênios - Arrecadação Direta	2025	2024
Convênios - Arrecadação Direta	194.158,76	548.001,88
Total	194.158,76	548.001,88

14. Contas correntes passivas

Referem-se aos recursos recebidos do Conselho e Departamento Nacional do SESI, para a execução de projetos, sejam eles estratégicos ou específicos, com a finalidade de alcançar os seus objetivos e suas metas.

Contas correntes passivas	2025	2024
Projeto Promoção a Saúde	43.120,41	51.267,71
Projeto 331929 Escola SESI de Referência	3.672.069,37	1.500.000,00
Projeto 335308 Ampliação e Fortalecimento da Gestão	-	17.619,04
Projeto 336058 Subvenção Extraordinária 2025	600.000,00	-
Projeto SESI em movimento - Expedições do Saber	500.000,00	-
Total	4.815.189,78	1.568.886,75

15. Outras obrigações

Referem-se aos valores das mensalidades da educação contabilizadas pelo regime de competência na rubrica de faturamento para prestação de serviços futuros.



Outras obrigações	2025	2024
Consignações a Pagar	82.582,87	1.630,52
Faturamento Prestação de Serviços Futuros	9.711.203,04	11.543.055,15
Total	9.793.785,91	11.544.685,67

A conta de faturamento para a prestação de serviços futuros apresentava o seguinte saldo:

	2025	2024
CAT CEFEM	2.030.109,07	2.322.038,40
CAT CC - Roberto Simosen	1.928.590,62	2.343.788,15
Centro Educacional Sesinho	2.060.451,69	2.297.929,15
CAT Paulo Figueiredo	977.839,83	1.335.289,45
Escola Ensino Fund. e Médio do SESI - JBR	852.280,44	960.346,75
Sesinho Anexo Gin. A. Franco	1.861.931,39	2.283.663,25
Total	9.711.203,04	11.543.055,15

16. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido estava representado pelo patrimônio social, resultado do exercício e a reserva de reavaliação.

Patrimônio Social	2025	2024
Patrimônio Social	316.866.406,25	283.478.972,84
Superávit do Exercício (ii)	85.993.711,50	32.328.025,91
Reserva de Reavaliação	126.056.584,85	127.115.992,35
Total	528.916.702,60	442.922.991,10

Orçamentárias	2025	2024
Receitas Correntes	143.266.275,14	83.532.076,85
Receitas de Capital	118.500,00	2.119.412,00
Despesas Correntes	(53.657.905,50)	(47.091.148,30)
Despesas de Capital	(19.354.532,11)	(14.298.945,31)
Superávit Orçamentário (a)	70.372.337,53	24.261.395,24

Variações Patrimoniais / Financeiras	2025	2024
Variação Patrimonial Ativa	41.734.787,16	16.595.450,47
Variação Financeira Ativa	4.001.813,69	1.620.649,01
Variação Patrimonial Passiva (i)	(26.039.909,53)	(3.476.813,22)
Variação Financeira Passiva	(4.075.317,35)	(6.672.655,59)
Déficit / Superávit Financeiro (b)	15.621.373,97	8.066.630,67

Superávit do Exercício (a) + (b)	85.993.711,50	32.328.025,91
---	----------------------	----------------------

(i) A Entidade realizou a baixa dos valores registrados em Construção em Andamento no montante de R\$ 22.124.807,94 em contrapartida das Variações Patrimoniais Passivas (Baixa de Bens Imóveis) no exercício de 2025. Este valor foi incorporado ao Patrimônio no grupo de Bens Imóveis – Prédios (Nota Explicativa nº 7).

(ii) O superávit do exercício do ano 2025 foi influenciado pelo recebimento de valores indenizatórios e de recuperação de despesas no montante de R\$ 38.557.216,92 (Nota Explicativa nº 20).

17. Receitas de contribuições

As receitas de contribuições estavam compostas da seguinte forma:

Receitas de Contribuições	2025	2024
Diretas	8.042.298,52	8.242.356,96
Indiretas	17.792.530,08	14.560.313,28
Total	25.834.828,60	22.802.670,24

18. Receitas financeiras

As receitas financeiras contemplam as receitas e apropriações mensais dos recursos provenientes de locação de imóveis, arrendamento e das aplicações financeiras (juros e caderneta de poupança).

Receitas Financeiras	2025	2024
Receitas Imobiliárias	274.721,93	229.761,93
Receitas de Valores Mobiliários	38.343.616,48	24.840.806,22
Total	38.618.338,41	25.070.568,15

19. Receitas de serviços

As receitas de serviços são constituídas pela prestação de serviços nas áreas de educação, saúde e lazer.

Receitas de Serviços e Vendas	2025	2024
Serviços de Saúde	209.395,28	201.359,78
Serviços Educacionais	20.832.064,34	19.489.719,99
Serviços de Lazer	1.246.244,32	1.240.274,77
Total	22.287.703,94	20.931.354,54

20. Outras receitas correntes

As outras receitas correntes são provenientes das receitas com multas e juros de mora obtidos, descontos obtidos e indenizações e restituições.

Outras Receitas Correntes	2025	2024
Recuperação de Despesas (i)	32.924.379,12	125.932,31
Multas e Juros de Mora	459.097,29	1.579.778,44
Descontos Obtidos	426.982,55	371.175,00
Indenizações e Restituições (ii)	6.274.072,92	-
Total	40.084.531,88	2.076.885,75

A Entidade em 2025 registrou referente aos precatórios neste grupo o montante de R\$ 38.557.216,92 distribuídos nas rubricas como segue abaixo:

(i) Recuperação de Despesas no valor de R\$ 32.657.429,79 referente ao precatório contra Fazenda Nacional do processo nº 0805791-48.2020.4.08.8500 devolução das Contribuições Sociais INSS Patronal e Pis s/folha.

(ii) Indenizações e Restituições no valor de R\$ 5.899.787,13 referente ao processo nº 202300161327, precatório formado da extinção da execução do processo nº 2020500001239 tendo como requerido o Município de Estância – SE, tendo como contra partida a rubrica de Receitas a Receber no realizável a longo prazo no montante de R\$ 6.899.787,13.

21. Transferências correntes - Receitas

As receitas de transferências correntes foram:

Transferências Correntes	2025	2024
Subvenções Ordinárias	8.119.638,65	7.855.634,56
Subvenções Especiais	3.919.936,27	3.122.175,04
Apoios Financeiros à Projetos Estratégicos	3.254.246,82	339.924,38
Incentivo à Produção	1.147.050,57	1.332.864,19
Total	16.440.872,31	12.650.598,17

22. Receita de capital

As receitas de capital são constituídas pela alienação de bens e subvenções extraordinárias.

Receitas de Capital	2025	2024
Alienação de Bens Móveis	118.500,00	-
Subvenções Extraordinárias	-	2.119.412,00
Total	118.500,00	2.119.412,00

23. Despesas de pessoal e encargos

As despesas com pessoal e encargos sociais são referentes às remunerações das pessoas que integram o quadro de funcionários, empregados temporários, e com o pagamento dos encargos trabalhistas e assistenciais pertinentes.

Despesas de Pessoal e Encargos	2025	2024
Ordenados e Salários	19.854.374,78	17.338.131,59
Encargos Trabalhistas	8.424.205,31	6.774.449,41
Encargos Assistenciais	201.386,91	12.759,25
Bolsas e Estágios	269.651,33	252.250,93
Total	28.749.618,33	24.377.591,18

24. Serviços de Terceiros – Despesas

As despesas com serviços de terceiros estavam compostas da seguinte forma:

Serviços de Terceiros	2025	2024
Assessoria e Consultoria	121.807,14	170.852,18
Auditoria	18.000,00	17.340,00
Informática	1.406.842,74	1.279.257,22
Médicos e Laboratoriais	111.196,45	97.023,08
Publicidade e Propaganda	352.933,70	349.994,40
Serviços de Limpeza e Conservação	2.344.339,65	2.036.604,90
Manutenção e Reparos de Bens Móveis	249.167,93	96.040,61
Segurança e Vigilância	2.111.013,85	1.906.177,93
locação de Veículos	21.880,00	-
Seguros	27.297,35	22.749,50
Serviços Gráficos	283.047,27	205.153,95
Serviços de Comunicação em Geral	134.315,87	129.925,01
Técnicos Especializados	-	85.908,91
Fretes	25.483,72	33.047,55
Reversão de Contribuição às Indústrias	357.475,01	370.414,14
Transportes Urbanos	83.757,28	59.686,30
Despesas de Alimentação	4.722,80	6.352,56
Treinamento e Ações de Capacitação	-	1.259,60
Aquisição de licenças de uso de Softwares	464.320,67	347.714,83
Outros Serviços de Terceiros	3.392.917,63	3.348.909,81
Total	11.510.519,06	10.564.412,48

25. Transferências correntes - Despesas

As despesas com transferências correntes são compostas pelas contribuições:

Transferências Correntes	2025	2024
Contribuição Federações	1.808.438,00	1.596.186,92
Contribuição IEL Núcleos Regionais	1.090.665,00	1.054.210,44
Total	2.899.103,00	2.650.397,36

26. Despesas de Capital

As despesas de capital são compostas pelos investimentos e inversões financeiras:

Despesas de Capital	2025	2024
Investimentos (i)	19.350.988,59	14.296.412,73
Inversões Financeiras	3.543,52	2.532,58
Total	19.354.532,11	14.298.945,31

(i) Os investimentos foram realizados em bens imóveis e bens móveis como demonstrado abaixo:

26.1 Investimentos

	2025	2024
Bens Imóveis	12.998.630,39	10.710.755,80
Construção em Andamento	12.998.630,39	10.710.755,80
Bens Móveis	6.352.358,20	3.585.656,93
Mobiliário Geral	496.856,93	5.195,00
Veículos	2.176.900,00	-
Máquinas e Equipamentos	897.563,64	1.416.532,44
Equipamentos de Informática	2.770.727,63	2.163.929,49
Equipamentos Esp. e Artístico	10.310,00	-
Total	19.350.988,59	14.296.412,73

*A construção de um novo bloco com estrutura física e tecnológica nos moldes do edital da Escola SESI de referência na unidade denominada "Centro Educacional Sesinho – Núcleo Augusto Franco" em Aracaju - SE, realizou no exercício de 2025 um montante de R\$ 12.064.619,06. Contrato nº 10/2025 com a empresa ETHICA Serviços de Engenharia e Construção Ltda.

**A Reforma e ampliação das Unidades SESINHO e Clube do Trabalhador em Aracaju - SE, realizou no exercício de 2024 um montante de R\$ 10.710.755,80. Contrato nº 73/2022 com a empresa Camel Empreendimentos e Construções Ltda.

27. Seguros

Os seguros contratados são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de valores e bens de propriedade da Entidade.

Seguradora	Tipo do bem	Modalidade de seguro	Vigência	Importância segurada
Seguros Sura S/A	Móvel	Convencional	21/05/2025 a 21/05/2026	100% FIPE
Seguros Sura S/A	Móvel	Convencional	11/07/2025 a 21/05/2026	100% FIPE
Seguros Sura S/A	Móvel	Convencional	17/07/2025 a 21/05/2026	100% FIPE
Seguros Sura S/A	Móvel	Convencional	21/07/2025 a 21/05/2026	100% FIPE

28. Gerenciamento de Riscos

O Programa de Compliance e Integridade consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos voltados para a prevenção, identificação e correção de práticas ilegais, antiéticas ou irregulares, além de outros desvios de conduta. Seu propósito é fomentar uma cultura organizacional baseada na ética, integridade e transparência, assegurando a conformidade com as normas legais.

Há mais de uma década, o Departamento Regional de Sergipe vem aprimorando o Sistema de Controle Interno e fortalecendo a Integridade e a Gestão por meio da adoção de práticas, ferramentas e metodologias adequadas, com o objetivo de prevenir, detectar e corrigir desvios de conduta.

Com a normatização da Resolução SESI/ CN Nº 0049/2019 pelo Conselho Nacional do SESI, o Departamento Regional de Sergipe deu início ao processo de adequação ao Programa, seguindo as diretrizes estabelecidas. Destaca-se que o comprometimento e o apoio da alta administração, aliados à alocação de recursos e conhecimentos técnicos, foram fundamentais para sua implementação.

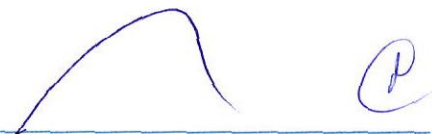
Nesse contexto, o Programa de Compliance e Integridade da FIES tem como objetivo estabelecer e evidenciar as ações e iniciativas voltadas à consolidação dos valores de ética, transparência e conformidade com leis, regulamentos e normas. Além de fortalecer a governança, o programa agrega valor aos negócios e aos relacionamentos com os públicos interno e externo.

O processo de Gerenciamento de Riscos foi desenvolvido para garantir a sustentabilidade, eficiência e proteção dos interesses das entidades, promovendo uma cultura de conscientização entre nossos colaboradores.

Nossa abordagem preventiva para o gerenciamento de riscos segue a metodologia da norma ABNT NBR ISO 31000:2018, que abrange gestão, definição de contexto, atribuição de responsabilidades, identificação, tratamento e monitoramento de riscos. O objetivo é prevenir e/ou minimizar o impacto dos fatores de risco por meio de análise, registro e relato. Para apoiar esse processo, utilizamos o sistema informatizado Audixpress, uma ferramenta que consolida todo o processo, permitindo a centralização dos registros de riscos, cadastro de responsáveis e documentos legais, além de facilitar a rastreabilidade das informações quando necessário.

Durante o exercício de 2025 os seguintes produtos foram entregues:

- ✓ Capacitação de mais 6 colaboradores no Sistema de Gestão de Riscos – Audixpress, por meio de treinamentos conduzidos por multiplicadores internos. A formação teve foco na reanálise de riscos, avaliação da eficácia, cadastro e execução de controles, além da estruturação de planos de ação, promovendo o aprimoramento do corpo técnico;
- ✓ 66 (Sessenta e seis) colaboradores capacitados através da Universidade Corporativa nos seguintes cursos:
 - Conhecendo o Compliance nas Organizações.
 - Cultura de compliance: fortaleça a reputação ética e sustentável da sua empresa.
- ✓ Participação do Prêmio de Melhores Práticas em Compliance e Integridade do Sistema Indústria, promovido pelo Departamento Nacional, que teve como objetivo buscar, valorizar, reconhecer e compartilhar experiências que fortalecem a cultura da ética, da transparência e da integridade em todo o Sistema Indústria. A prática "Gestão, Padronização e Compartilhamento de Processos por meio do Sistema Conforme" do DR Sergipe, foi incorporada ao catálogo nacional da Edição 2025 da Rede Nacional Colaborativa de Compliance do Sistema Indústria;
- ✓ Aditamento do Contrato Nº 01/2022 do Software de Riscos para garantir a continuidade do uso da ferramenta de gestão e controle;
- ✓ Distribuição de cartilhas do Código de Conduta e Ética do Sistema FIES para os colaboradores do SESI;
- ✓ Foi realizado o mapeamento de 6 novos riscos e 4 ações de controle para mitigação desses riscos para o negócio.



Aracaju, 31 de dezembro de 2025.



Eduardo Prado de Oliveira
Diretor Regional
SESI-DR/SE



Carlos Henrique Oliveira de Jesus
Contador
CRC/SE 004492/O-9